

PÓ PRETO

Moradores vão à Justiça para receber indenização

Eles planejam pedir indenização pelos gastos que têm com limpeza de residências e remédios contra doenças respiratórias

Daniel Figueredo

Moradores da Enseada do Suá, em Vitória, planejam entrar com ações na Justiça por causa dos prejuízos causados pelo pó preto. Eles afirmam que vão pedir indenização às empresas da Ponta de Tubarão pelos custos com limpeza de fachada, pintura e até com medicamentos.

Segundo os diretores da Associação de Moradores, Empresários e Investidores da Enseada do Suá, Agenor Dutra e Napoleão de Oliveira, reuniões serão realizadas nos condomínios para que as ações de indenização pelos gastos com a manutenção dos edifícios sejam feitas em conjunto.

“De um tempo para cá, piorou muito. Somos o desastre de Mariana no varejo, pois o pó preto vem todos os dias, pouco a pouco. O custo com lavagem de fachada de um edifício é de R\$ 25 mil. Não é barato e, mesmo em prédios novos, temos de fazer isso, pois desvaloriza o empreendimento”, afirmou Dutra.

Para Napoleão, outros gastos também serão contabilizados nas ações. “Gastamos mais água para limpar as áreas comuns, e uma reforma na pintura, por causa das manchas que surgem, também é cara. Nas reuniões com os condomínios, também vamos indicar que moradores façam ações para serem ressarcidos de gastos com remédios, por causa de doenças respiratórias.”

O presidente da ONG Juntos SOS Ambiental, Eraylton Moreschi, afirmou que um “kit jurídico” está sendo preparado para que associações tenham um padrão e fundamentação para ingressar com ações na Justiça.

“Estamos finalizando esse acordo. A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) apontou que as empresas deveriam tomar medidas para indenizar as pessoas em 90 dias. Como não foi adotada nenhuma medida, estamos preparando o kit, para que todos que se interessarem tenham uma ação bem fundamentada e semelhante, para que possam ser julgadas juntas pelo Judiciário”, afirmou.

Segundo Moreschi, um pedido de audiência está sendo feito na Assembleia Legislativa para acompanhar quais medidas indicadas pela CPI do Pó Preto já foram adotadas. “A instalação da CPI faz um ano e queremos saber, das recomendações feitas às empresas e órgãos públicos, o que já foi executado ou está em execução.”



AGENOR e Napoleão dizem que reuniões serão realizadas em condomínios para que ações sejam feitas em conjunto

Índice de poeira acima do permitido

As estações de monitoramento da qualidade do ar do Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) detectaram índices de poeira sedimentável acima do permitido em vários bairros da Grande Vitória.

As estações mais afetadas pela poeira sedimentável foram a da Enseada do Suá, do Clube Ítalo Brasileiro, na Ilha do Boi, em Vitória, e o da região próxima à Ceasa, em Vila Capixaba, Cariacica.

A Enseada do Suá, em Vitória, foi a que teve maior concentração de poeira no último mês de outubro, com 17,6 gramas acumulados por metro quadrado. A legislação

estadual aponta que o máximo de poeira permitido em um mês é de 14 gramas por metro quadrado.

Os limites acima do permitido foram detectados no mês de outubro. Os dados de dezembro e janeiro ainda não foram divulgados pelo Iema.

Segundo o relatório do Iema, no entanto, na Enseada do Suá e em Vila Capixaba, o aumento das taxas possui influência de outras atividades.

A Vale informou que vem atuando e investindo continuamente em seus sistemas de controle ambiental e que concluiu o projeto que

previa o aumento da dosagem de supressor de pó no manuseio de pelotas em todas as usinas. Segundo a empresa, ela está implantando um plano de investimentos que deve ser concluído em 2020. Antes disso, realiza ações intensificadas de controle em 1,5 milhão de metros quadrados da empresa.

A ArcelorMittal informou que antecipou o início do seu Plano Verão em virtude das condições climáticas da estação. Informou ainda que o plano de investimentos da empresa prevê recurso de R\$ 400 milhões até 2018 para reduzir as emissões de poeira.

ENTENDA

Estações

> **UMA REDE** de 10 estações de monitoramento da qualidade do ar está instalada na Grande Vitória. Essas medições verificam se a qualidade do ar está dentro dos parâmetros do decreto 3.463-R, de 2013.

> **NO DECRETO**, o máximo de poeira sedimentável permitido é de 14 gramas por metro quadrado por mês. O decreto, porém, não estabelece multas para as empresas poluidoras.

ÍNDICES EM OUTUBRO

> **ENSEADA DO SUÁ:** 17,6 g/m²

> **CLUBE ÍTALO (Ilha do Boi):** 14,8 g/m²

> **VILA CAPIXABA:** 14,4 g/m²



MORADOR com as mãos sujas de pó preto: relatório aponta níveis de poeira

LAMA

Grupos vão definir ações para acordo com empresas

Quatro grupos de trabalho vão se reunir amanhã para definir as ações e o prazo de execução do plano de recuperação do Rio Doce, após o desastre ambiental causado pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), no dia 5 de novembro do ano passado.

Os grupos vão abordar a recuperação ambiental, socioeconômica, a estrutura de funcionamento da fundação privada e a quantidade de dinheiro que Samarco, Vale e BHP Billiton vão ter de aportar no fundo.

A discussão vai ser feita por membros do governo federal, dos governos dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e representantes das empresas envolvidas, amanhã, em Brasília, explicou o procurador-geral do Estado, Rodrigo Rabelo.

“Essa definição foi tomada em conjunto, e é mais um passo em direção ao acordo. Vamos traçar as linhas gerais de recuperação de toda a Bacia do Rio Doce até a foz em Regência e também da assistência socioeconômica que será prestada aos afetados pelo desastre. A partir de quinta-feira (amanhã) teremos as linhas gerais de execução desse plano”, afirmou.

DEPÓSITO

A Advocacia Geral da União (AGU) e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo fecharam ontem acordo com a Samarco para que a empresa tenha mais 15 dias para depositar os R\$ 2 bilhões de uma ação judicial de R\$ 20 bilhões que a União e os dois estados movem contra a mineradora e suas duas controladoras, Vale e BHP Billiton.

Conforme decisão da 12ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte (MG), dentro da ação, os R\$ 2 bilhões deveriam ser depositados hoje. O valor será utilizado para implementação de plano inicial de recuperação ambiental.

Segundo o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams, a opção por mais prazo foi para decidir o que exatamente será feito com os recursos. Conforme Adams, o acordo seria enviado ainda ontem à Justiça Federal.



LAMA na foz do Rio Doce